

Filipe F. Honorato*

RIQUEZA E EXCLUSÃO: O IMPACTO DOS *ROYALTIES* DO PETRÓLEO NA EXPANSÃO DA MISÉRIA NA REGIÃO NORTE FLUMINENSE

INTRODUÇÃO

Não há soluções técnicas para problemas políticos. Não há soluções políticas para problemas técnicos.

Juliano Bastide

As observações cotidianas das mudanças ocorridas no cenário econômico no Estado do Rio de Janeiro com a introdução dos *royalties* do petróleo, principalmente a partir de meados da década de 1990, trouxeram a tona questionamentos acerca do retorno social da incorporação por parte do poder público destes recursos.

Com a descoberta de petróleo na Bacia de Campos, a história apresentou outra oportunidade para a região gerar um ciclo econômico capaz de tornar sustentável o desenvolvimento. Prefeituras passaram a contar com uma quantidade expressiva de recursos. Em alguns municípios da região, nos dias de hoje, a receita proveniente dos *royalties* e participações especiais superam 50% do Produto Interno Bruto (PIB).

* Professor da Faculdade de Engenharia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), das disciplinas de Economia do Petróleo e Tecnologia do Petróleo. Graduado em ciências econômicas pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com mestrado em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Entende-se por *royalties* como compensações financeiras pagas pelos concessionários, cujos contratos estão na etapa de produção de petróleo ou gás natural, incluindo-se também os contratos que estão na fase de exploração realizando testes de longa duração, distribuídas entre estados, municípios, Comando da Marinha e Ministério de Ciência e Tecnologia, nos termos dos artigos 47 a 49 da Lei N° 9478/97 e do Decreto N° 2705/98¹.

Nos dias de hoje, compõe a Região Norte Fluminense² os municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra, e que, somado ao Município de Rio das Ostras, foram os principais receptores de recursos oriundos das rendas minerais no território nacional.

Inicialmente, este trabalho pretende ressaltar a importância da energia na economia e na política mundial.

Em sua segunda parte, serão abordados aspectos relativos à legislação dos *royalties* no Brasil, seu modelo de distribuição das rendas minerais e exemplos de modelos adotados no exterior.

Para a terceira parte são utilizados dados existentes para mostrar como se deu a divisão dos recursos. Posteriormente, será destacado a forma como foram divididos internamente estes recursos, bem como se houveram melhorias sociais para a população e desenvolvimento econômico.

Na conclusão é discutido se a região se encontra preparada para o período pós-petróleo e o papel do Estado no cumprimento de suas atribuições, respondendo, assim, a questão da “perversa dialética” entre renda mineral e retorno social na Região Norte Fluminense.

PETRÓLEO E ECONOMIA POLÍTICA

Ao longo da história, a energia de origem orgânica é extremamente importante a sociedade. No cotidiano dos cidadãos do século XXI, é inimaginável pensar em viver (ou até mesmo sobreviver), sem as diversas formas de energia que movimentam nossos carros, maquinários, eletrodomésticos e demais utensílios e equipamentos.

A partir de 1850, a aplicação da ciência no desenvolvimento de tecnologias se converteu em um fator progressivamente mais importante no desenvolvimento da indústria, e neste ciclo, a maior parte dos descobrimentos técnicos resultou de investigações científicas³. Esta movimen-

1 Capturado em <<http://www.anp.gov.br/>>.

2 Divisão Técnica da Fundação CIDE.

3 Niveau (1969) afirmou que a força a vapor, motriz da Revolução Industrial inglesa era conhecida desde o fim do século XVI: Saveru e Newcomen tinham construído bombas a vapor. Contudo, esta idéia só ganhou um cunho “industrial” com James Watt (1736-1819).

tação tecnológica, somada a utilização do potencial energético existente na Inglaterra (precursor do desenvolvimento industrial) e que proporcionasse sua utilização sem restrições e a um custo viável. A eficiência inovadora schumpeteriana insere a energia de vez nas relações de trabalho e de reprodução do capital⁴. A invenção torna-se inovação⁵.

A disponibilidade de fontes inanimadas de energia é que facultou ao homem transcender as limitações biológicas e aumentar a produtividade econômica em mais de 100 vezes. Não foi por acidente que a indústria mundial tendeu a se localizar nas (e perto das) jazidas de carvão da terra, ou que o aumento do capital foi proporcional ao consumo de combustíveis minerais. “O carvão, em síntese, foi o pão da indústria” (Landes, 2005: 103).

Porém, tal como os alimentos, o carvão foi uma causa necessária, mas não suficiente, para o desempenho industrial. O carvão e o vapor não fizeram a Revolução Industrial inglesa: mas permitiram seu extraordinário desenvolvimento e difusão. Comparando as formas de energia utilizadas e desenvolvidas tecnologicamente no século XIX, entendemos

Na Universidade de Glasgow, no ano de 1782, Watt auxiliado por Roebuck, Boulton e Wilkison, descobriu um meio de transformar um movimento de oscilações em movimento circular, criando assim a máquina a vapor. Quinhentas máquinas foram construídas na oficina da Universidade até o início do século XIX, dando início da fase moderna da industrialização. Porém, apenas em a partir de 1850, esta tecnologia, acrescida de outras diversas inovações, ganha escala na Inglaterra.

Maurice Dobb (1946) calcula que houveram 17 invenções importantes no século XVII, 43 no século XVIII e 108 no século XIX.

“A partir de 1850, la aplicación de la ciencia al desarrollo de la tecnología se convirtió en un factor progresivamente más importante en el desarrollo de la industria, y en nuestro siglo la mayor parte de los descubrimientos técnicos sobresalientes han surgido fundamentalmente de investigaciones científicas. Mientras que el contenido del conocimiento científico no tuvo mucha influencia sobre el desarrollo de la industria hasta 1850, así lo tuvo el método de la ciencia” Mason (1986).

4 Num livro onde discorre sobre os limites do mercado, Kuttner (1997) distingue três tipos de eficiência: a alocativa (associada ao nome de Adam Smith), a keynesiana (que consiste no pleno emprego dos meios de produção) e a inovadora (schumpeteriana). Este trabalho é bastante relevante para o real entendimento acerca da eficiência sistema capitalista.

5 A eficiência inovadora de Schumpeter tem uma análise mais profunda. Trata-se do que o mesmo Schumpeter chama de *creative destruction* como o eixo essencial do capitalismo. Disse que o capitalismo está incessantemente revolucionando desde dentro por novos empreendimentos, i.e., pela introdução de novas mercadorias e novos métodos de produção ou novas oportunidades comerciais em sua estrutura industrial, tal como existe em um momento dado. “Toda situación es perturbada antes de que tenga tiempo de agotarse” (Schumpeter em Callinicos, 1999: 236). Creio que isto é importante porque não necessariamente o capitalismo é altamente eficiente, pelo ponto de vista schumpeteriano. A sua própria dinâmica exige a destruição de seus ativos e de sua própria lógica. É uma máquina de movimento perpétuo que se sobrepõe a suas crises por meio da destruição criativa de seus ativos.

porque a opção pelo carvão (e futuramente pelo petróleo). Seu uso foi uma consideração de custos e conveniência (Landes, 2005: 103).

A máquina a vapor (movida pelo carvão) era confiável e produzia de forma linear durante todas as épocas do ano, apesar de seu custo inicial alto e sua operação e manutenção dispendiosa. Por este motivo, as primeiras máquinas foram instaladas, de forma geral, em áreas onde o carvão era extremamente barato. Segundo Hobsbawm (1998: 278), em 1840, a Inglaterra produzia 2/3 do carvão mundial.

A capacidade de produção dependia diretamente dos potenciais energéticos existentes. A França, por exemplo, destinava 53,5% dos recursos de sua pauta de exportação 1890, para a compra de matérias-primas necessárias para a sua produção industrial, das quais a maior parte destinava-se à compra de carvão. Já a Alemanha, apresentava-se como o grande rival da Inglaterra na segunda metade do século XIX, por ser bem dotada de recursos naturais (Niveau, 1969: 127).

Os Estados Unidos diferiram sua industrialização dos demais países, ao concentrar como fontes de energia básicas, a água (amplamente empregada na primeira metade do século XIX) e o petróleo (energia dominante a partir de então).

A economia essencialmente rural do século XVIII havia se transformado em outra de base urbana no século XIX, e principalmente no século XX, baseado nos processos tecnológicos oriundos da Revolução Industrial. Contudo, a teoria econômica dominante no período em questão, a Teoria Clássica⁶, não previu que outros fatores, que não fatores econômicos, influenciariam e estariam inseridos no contexto da Revolução Industrial. Fatores de origem social e geopolítica foram desconsiderados pelos líderes empresariais e de governos envolvidos no processo industrial inglês.

A distribuição dos excedentes produtivos mostrou-se equivocada e desigual, criando desníveis de renda e de condições de vida nas cidades. Os salários, não estavam muito longe do nível de subsistência (Hobsbawm, 1998: 278). A mais-valia marxista fez-se cada vez mais presente, e mais desigual, no modo de produção industrial. A lógica capitalista e liberal (predominante na Revolução Industrial), baseava-se neste modelo. Keynes (1982: 17), coloca: “De fato, foi precisamente essa desigualdade na distribuição da riqueza que possibilitou a vasta acumulação de capital fixo e o progresso técnico que marcavam a época. Está aí a justificativa essencial do regime capitalista”.

A justificativa para os problemas de distribuição estava na “necessidade” de acumulação para a reprodução do capital. A teoria eco-

⁶ Apesar de Marx ser tratado como um clássico, neste trabalho, salvo dito contrário, esta expressão não o inclui.

nômica alegava que a reprodução do capital necessitava de salários de subsistência. Para os ortodoxos, era o lucro do capitalista que fazia a economia funcionar e expandir-se, através do reinvestimento⁷. Assim, a distribuição espacial nas cidades inglesas pós-revolução industrial aprofundou os bolsões de pobreza⁸. A população vinda do campo tornava-se miserável nos grandes centros urbanos.

Na lógica social pode-se observar a mudança de papéis e a importância da energia no novo processo produtivo⁹. Cria-se no interior da sociedade da revolução industrial e pós-revolução industrial, a composição que persistiria e se reproduziria ao longo de muitas décadas: homem (operário), capital (capitalista) e a máquina, onde a energia passa a operar como principal agente motriz do processo de reprodução do capital.

A NOVA CONFIGURAÇÃO ENERGÉTICA NO SÉCULO XX: A ERA DO PETRÓLEO

O petróleo é uma palavra genérica que responde a uma substância não-homogênea, um conjunto de minerais combustíveis compostos basicamente de hidrocarbonetos¹⁰. O petróleo bruto é de pouca utilidade para a geração de energia, porém, seus derivados geram um conjunto de produtos com esta finalidade, a listar: gasolina, óleo diesel, querosene, óleo combustível, gás de cozinha, lubrificantes, matérias primas para a indústria petroquímica, dentre outros. Assim, por sua ampla capacidade de aproveitamento, o petróleo passa a ser visto como uma forma importante de energia.

A mudança nas fontes e a utilização de energia mostram um novo caráter no século XX. A demanda de carvão como energia doméstica e industrial cresce numa escala na qual a oferta não acompanha. Existe a necessidade de outras fontes de energia. O avanço tecnológico possibilitou alternativas técnicas capazes de mover a produção crescente. Neste sentido, os Estados Unidos, com seu modelo voltado para a pro-

7 Vale ressaltar que Marx em seus trabalhos, nunca respaldou o *iron law of Wages*, que dizia que o salário não podia subir acima do nível de subsistência. O salário, em Marx, esteve sempre condicionado a fatores extra-econômicos, como a luta de classes, por exemplo, e por capacidade de organização de trabalhadores, dentre outros elementos culturais que fixam o custo de reprodução da força de trabalho.

8 Essa realidade é presente nos dias de hoje, como será visto na terceira parte deste trabalho.

9 Esta mudança de caráter social do trabalho foi muito questionado por diversos autores. A teoria clássica, de maneira geral (Smith, Ricardo, etc.), pregava que o desenvolvimento da sociedade por si só, seria responsável por uma melhor distribuição dos recursos.

10 Substâncias químicas formadas exclusivamente de carbono e hidrogênio.

dução de energia hidroelétrica e petrolífera, foi pioneiro em relação a outros países.

Em finais do século XIX, os Estados Unidos observam, como nação, a importância de dominar o potencial energético, partindo para uma disputa por territórios onde sabia-se que o petróleo era abundante e barato. O país incorpora o Texas e o Novo México (após guerra com o México), e compra o Alaska. Estes movimentos estratégicos fazem dos Estados Unidos o maior produtor de energia da primeira metade do século XX. Soma-se a isso, a ascensão dos primeiros empresários ligados exclusivamente ao petróleo. Neste sentido, Rockefeller (Standard Oil) imortalizou a indústria mundial de energia. “Drake extraiu petróleo da terra, mas John D. Rockefeller extraiu o dinheiro do petróleo” (O’Connor, 1962).

Assim, com grandes e baratas reservas de petróleo e gás natural estrutura-se o domínio norte-americano. Os Estados Unidos apresentam-se como a grande potência industrial do século XX, com o petróleo como principal ativo estratégico-econômico.

Em expansão, o mercado petrolífero, era disputado a nível internacional por sete grandes empresas, formadas antes da primeira guerra e que persistem até os dias de hoje: Exxon, Móbil, Socal, Gulf, Texaco, Shell, e British Petroleum¹¹. Cada uma das empresas buscava aumentar suas áreas de produção ou suas reservas futuras. Para a real execução destes movimentos, as companhias contavam com o respaldo dos seus países de origem, com destaque para os Estados Unidos e para a Grã-Bretanha.

Paralelamente, uma crescente parcela da população mundial, justamente aquela que expressa maiores taxas de crescimento demográfico, se via cada vez mais distante da satisfação de suas necessidades básicas, inclusive a ingestão de dieta alimentar mínima (Assad, 2002: 7). O “avanço” técnico-energético, não foi acompanhado de igual, ou até mesmo próximo, de um avanço social.

O modelo de dominação política do petróleo estende-se por muitos anos, sem grandes problemas. Porém, por mais que existam ferramentas militares e políticas, existe uma lei, uma das poucas leis, universais no pensamento econômico: a lei da oferta e da demanda. Quando os agentes econômicos detentores do petróleo (no caso, os países) percebem o seu papel como detentores da energia (do trabalho) que movia as economias desenvolvidas, o princípio da Concorrência Perfeita, de Adam Smith e David Ricardo, é rompido. Organizados em sistema de cartel, os países produtores de petróleo formam, em 1960,

¹¹ Os nomes apresentados para as companhias, para facilitar o leitor, são os conhecidos nos dias de hoje. Para aprofundamento no assunto ver Gurgel (1995) e Nova (1985).

a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), composto inicialmente por Venezuela, Irã, Arábia Saudita, Kuwait e Iraque, e posteriormente, por Líbia, Nigéria, Emirados Árabes, Indonésia, Argélia, Catar, Trinidad e Tobago, Equador e Gabão. Estes países eram responsáveis por 80% das reservas de petróleo conhecidas e pela produção de mais da metade do petróleo mundial.

A OPEP elabora no dia 16 de outubro de 1973 um documento contendo três medidas históricas: a primeira, diz respeito à decisão dos países produtores de fixarem os preços do petróleo; a segunda, como consequência da primeira, seria o de aumentar o preço do petróleo em 70%, e dois meses depois, em mais 130%; e a terceira, de menor importância, seria a o embargo das exportações de petróleo árabe para países que apoiavam Israel¹². Este movimento por parte da OPEP ficou conhecido como a Primeira Crise do Petróleo. O período pós-primeira crise do petróleo foi caracterizado por uma restauração das taxas de rentabilidade das sete grandes (Exxon, Móbil, Socal, Gulf, Texaco, Shell, e British Petroleum), a níveis anteriores a 1973. Isto se estendeu até 1978.

Em 1979 o processo se repete, e ocorre a segunda grande crise do petróleo. Logo após 1979, a oferta de petróleo aprofunda sua reestruturação iniciada na primeira crise, e promove maiores buscas em torno de alternativas para a dependência da OPEP.

O período de fartura de energia chega ao fim. A oferta controlada de petróleo e os preços elevados¹³ provocam mudanças significativas nas diversas economias do mundo, inclusive na brasileira, via Petrobras.

UM BREVE COMENTÁRIO SOBRE A PETROBRAS

Os primeiros passos relativos a exploração e produção de petróleo no Brasil remontam ao ano de 1858, quando, no Estado da Bahia, foi concedido a José Barros Pimentel (Decreto 2266, assinado pelo Marquês de Olinda) o direito de extrair mineral betuminoso para fabricação de querosene para iluminação, em terrenos situados nas margens do Rio Maraú. Já em 1859, o inglês Samuel Allport (fundador da empresa anglo-holandesa Shell), em etapa da construção férrea na Bahia, observou gotejamento de óleo em Lobato, subúrbio de Salvador¹⁴.

12 Esta medida durou apenas alguns meses, sendo suspensa no primeiro semestre de 1974.

13 Convém comentar o que tanto Gurgel (1995), quanto Nova (1985), ressaltam em seus trabalhos: o aumento significativo dos preços do petróleo convinha aos interesses (maiores preços, maiores sobretaxas de lucros) das sete grandes empresas mundiais de petróleo, e conseqüentemente, aos Estados Unidos e a Inglaterra.

14 Convém registrar, que a cidade de Lobato, recebeu este nome em homenagem a Monteiro Lobato, famoso escritor brasileiro que desde os finais dos anos 1920 fazia campanha

Em 29 de julho de 1938, inicia-se a perfuração do poço DNPM-163, em Lobato na Bahia. Apesar de ser considerado um poço de petróleo anti-econômico, Lobato apresentava uma significativa importância estratégica para o desenvolvimento da atividade petrolífera no Brasil, já que era o início dos trabalhos na área de extração do recém-criado Conselho Nacional de Petróleo (CNP). Como resultado de Lobato, é descoberto, em 1941, na Bacia do recôncavo, o primeiro campo de petróleo viável comercialmente do país, o de Candeias.

O somatório destes movimentos possibilitaram o arcabouço técnico-científico necessário para a criação de um projeto mais aprofundado de produção e exploração do petróleo no Brasil. Assim, num cenário nacionalista do então presidente Getúlio Vargas nasce em 3 de outubro de 1953 a Petróleo Brasileiro SA, mais conhecida como Petrobras.

A Petrobras nasce fruto de um movimento político nacionalista predominante no mundo de então, onde o Estado (baseando em linhas econômicas keynesianas) participa de forma mais contundente na economia. A Petrobras nasce com o propósito de “assegurar o abastecimento do mercado nacional de óleo, gás natural e derivados, através das atividades definidas na Constituição e na Lei de 2004, de forma rentável aos menores custos para a sociedade, contribuindo para o desenvolvimento do país” (Gurgel, 1995).

A Petrobras foi criada pelo Presidente da República Getúlio Vargas no contexto de um dos maiores, senão o maior movimento social que se tem notícia na história do Brasil relativo a uma ação pública. A Campanha “O Petróleo é Nosso” mobilizou políticos, artistas, intelectuais, sindicatos, donas de casa, enfim, toda a sociedade brasileira. Não por coincidência a criação da Petrobras é vista pelos historiadores como o mais importante ato nacionalista do Brasil e um dos maiores da América Latina.

A Petrobras surge como uma empresa de economia mista, agregando os grandes empresários brasileiros, com o Estado atuando como detentor de seu controle acionário, operando de forma monopolista a produção, transporte e refino, cabendo as demais empresas, particularmente as “sete grandes”, a comercialização. Isto se estenderia, até a Lei do Petróleo de 1997.

Com as crises energéticas de 1973 e 1979, e a conseqüente mudança nas políticas intra-nacionais de relação com a energia, o Brasil aprofundou os investimentos e os esforços na empresa. Em fins de 1974, a Petrobras descobriu o campo de Garoupa, na Bacia de Campos, Litoral Norte do Rio de Janeiro. Em 1981, entraram em produção os campos de Garoupa, Namorado, Anchova, Pampo e Badejo, também em Campos.

em pró da exploração do petróleo no Brasil, tendo sido inclusive escrito de um famoso livro acerca do tema.

Nos dias de hoje, operam na Bacia de Campos campos-gigantes como o de Albacora, Barracunda, Marlim Roncador, Marlim Azul, Albacora Leste e Marlim Leste. O aprofundamento da exploração e do estudo da Bacia de Campos, transformaram a região na maior província petrolífera do país. Tecnologicamente, a região e a Petrobras, destacam-se pelo pioneirismo e pela expertise em prospecção e exploração em águas profundas. Segundo a Offshore Technology Conference (OIC) a empresa brasileira é possuidora da mais avançada tecnologia de exploração de petróleo em lâmina situadas entre mil e dois mil metros de profundidade da plataforma continental em todo o mundo (Navarro, 2003).

Nos dias de hoje, o Brasil é o segundo maior produtor de petróleo da América do Sul, tendo alcançado em 2002, uma capacidade de produção equivalente ao Kuwait, conforme tabela abaixo (Navarro, 2003: 25).

Tabela 1
Produção mundial de petróleo, 2002 (mil barris/dia)

Países da OPEP		Países fora da OPEP	
Arábia Saudita	6,953	Rússia	6,900
Irã	3,300	EUA	5,891
Venezuela	2,530	México	3,255
Iraque	2,516	Noruega	3,135
Nigéria	1,980	Reino Unido	2,539
Emirados Árabes	1,903	Canadá	2,319
Kuwait	1,505	Brasil	1,516
Líbia	1,260	Argentina	759
Indonésia	1,160		
Argélia	770		
Catar	587		
Dubai	155		

Fonte: Navarro (2003).

O Brasil, que nos anos 1970 possuía a sua balança comercial comprometida pela importação de petróleo (principalmente após as duas crises), alcança o século XXI cada vez menos dependência externa da importação de petróleo. A Petrobras é reconhecida como uma das 12

maiores *oil companies* (de capital aberto) do mundo, com bom desempenho tanto financeiro, quanto na ampliação de reservas e da produção de óleo e gás, devido não só ao sucesso de suas operações no Brasil, como também ao sucesso de suas operação no exterior.

A abertura do mercado doméstico proporcionada pela Lei do Petróleo de 1997 (a ser vista depois), levou a estatal brasileira a mudar sua estratégia, passando a dar nova dimensão na prospecção, tanto no Brasil como no exterior. No exterior, a empresa já conta com reservas equivalentes a 1,9 bilhões de barris (2000), com crescimento na ordem de 330% em quatro anos, e investimentos em Angola, Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Estados Unidos, Irã, México, Nigéria, Peru, Tanzânia, Trinidad e Tobago, Cuba e Venezuela.

Segundo o relatório da Petrobras de 2002, que reúne projeção da própria empresa, somadas previsões da ANP, o país tornar-se-á auto-suficiente em petróleo no ano de 2005, com a produção diária de 2,1 milhões de barris/dia (Petrobras, 2002)¹⁵.

A RENDA MINERAL DO BRASIL

OS TRIBUTOS NO SETOR PETROLÍFERO BRASILEIRO E A LEI DO PETRÓLEO

O pagamento de tributos no Brasil foi estabelecido pela primeira vez na ela Lei N° 2004, de 3 de outubro de 1953¹⁶, junto à lei de criação da Petrobras. Em seu artigo 27, determinava o pagamento de 4% aos estados e 1% aos municípios sobre toda a produção terrestre de petróleo e gás natural em seus territórios. Este foi o início das contribuições recebidas pelo poder público.

Porém o marco na política petrolífera nacional ocorre em 1997. Em de 6 de agosto daquele ano, entrou em vigor a Lei N° 9478 mais conhecida como a Lei do Petróleo. A Lei do Petróleo foi fruto da evolução da indústria do petróleo no país e do crescimento gradativo de sua importância tanto para o mercado interno, quanto para o mercado internacional, onde são determinadas regras especiais para o segmento petrolífero.

Em termos gerais, a Lei quebra o monopólio da União (da Petrobras, conseqüentemente). Ela prevê que todas as atividades que antes

15 A mudança do Brasil de importador para auto-suficiente em petróleo, não configurou-se num fenômeno isolado da indústria mundial do petróleo. A indústria da oferta mundial do petróleo modificou-se radicalmente com o aumento da produção dos países da OPEP e com o incremento sustentado da produção dos países não-OPEP que, após os choques da década de 1970, implementaram políticas de valorização dos recursos petrolíferos nacionais (Noruega, Grã-Bretanha, México, Brasil, Colômbia, entre outros), reduzindo, por conseguinte, suas necessidades de importação e diversificando a oferta mundial (ANP, 2002d).

16 Para maiores esclarecimentos, ver Agência Nacional do Petróleo <www.anp.gov.br>.

constituíam exclusividade estatal poderão ser objeto de concessão para operação de empresas privadas nacionais¹⁷.

A nova lei estabelece um papel distinto a Petrobras, que até então detinha o monopólio estatal. A empresa passa a receber o mesmo tratamento previsto para as demais empresas privadas em processos licitatórios, salvo em situações de empate, onde apresenta-se como vencedora. A União continua a ter direito de decisão sobre a Petrobras, pois ainda permanece como acionista majoritária.

A Lei do Petróleo resultou de um conjunto de estratégias estabelecidas para o setor, pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. As estratégias acompanhavam princípios presentes na teoria econômica neoclássica, dominante no Governo Federal de então.

Os princípios e objetivos do setor energético de FHC eram, de maneira geral, os seguintes: preservar o interesse nacional; incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural; promover a livre concorrência; atrair investimentos para o setor; ampliar a competitividade no mercado internacional; e diminuir a participação do Estado no setor. Para administrar estas diretrizes, o Governo Federal criou a ANP, autarquia federal¹⁸ vinculada ao MME e que tem como finalidade bási-

17 A nova Lei não altera o princípio constitucional de que “a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos líquidos, bem como a importação e a exportação de derivados e o seu transporte dutoviário ou marítimo, constituem monopólio da União (Constituição Federal, Art. 177), mas a autoriza a contratar terceiros para a execução de tais atividades” (Postali, 2002: 132).

18 Pode-se conceituar autarquia como “pessoa jurídica de direito público, integrante da Administração Indireta, criada por lei para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, sejam próprias e típicas do Estado”. A caracterização da autarquia, é apresentada como “o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas da administração pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada”.

As agências reguladoras, enquadram-se no que o direito administrativo classifica como autarquia de controle. Sua função primordial consiste em “exercer controle sobre as entidades que prestam serviços públicos ou atuam na área econômica por força de concessões e permissões de serviços públicos (descentralizado por delegação negocial), como é o caso da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações) e da ANP (Agência Nacional de Petróleo)”.

“Pode-se dizer que, didaticamente, as agências autárquicas classificam-se em duas categorias: as agências reguladoras, com função básica de controle e fiscalização, adequadas para o regime de desestatização, e as agências executivas, mais apropriadas para a execução efetiva de certas atividades administrativas típicas do Estado. Referidas agências encontram sua origem no regime norte-americano, que há muito contempla as figuras das ‘independent agencies’ e ‘independent regulatory agencies’, destinadas à regulação econômica ou social. Outros sistemas, como os da Inglaterra, Espanha e Argentina, também têm dado ensejo à criação dessas entidades” (Carvalho Filho, 2001).

ca “promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo” (Postali, 2002: 32).

A partir de sua criação, todas as atividades relacionadas à indústria de petróleo e gás natural em território nacional, passaram a ser de responsabilidade da ANP. Isto incluiu as atividades de exploração e produção. A ANP passa a funcionar como o controlador, isto é, grande gerente do mercado energético brasileiro, corrigindo assim “falhas” do mercado, segundo o modelo neoclássico.

A Lei do Petróleo estabelecia quatro formas distintas de renda mineral auferidas pelo poder público para interessados em explorar o potencial energético brasileiro. São eles: pagamento pela ocupação ou retenção da área, bônus de assinatura, participações especiais e *royalties*. Para o estudo em questão, serão analisados os *royalties* e participações especiais.

AS PARTICIPAÇÕES ESPECIAIS

A Participação Especial foi criada pelo art. 50, da Lei Nº 9478/97. Este artigo estabelecia um pagamento adicional para poços de petróleo que possuíssem alta rentabilidade ou um grande volume de produção¹⁹. No passado, os Estados Unidos e o Reino Unido adotaram este tipo de participação governamental incidente sobre grandes lucros (Windfall Profits Tax e Petroleum Perennial Tax-PRT, respectivamente). Atualmente, além do Brasil, existem outros países que adotam este imposto, tais como a Austrália (Petroleum Resource Rent Tax-PRRT) e a Noruega (Special Tax)²⁰.

A determinação das Participações Especiais é feita mediante a aplicação de alíquotas progressivas, de 10 a 40%, em função do volume trimestral de produção, a partir de um volume limite de isenção²¹. Em geral, incide sobre os campos em terra com produção acima de 10 mil barris/dia, sobre campos marítimos com batimétrica abaixo de 400 m e produção acima de 20 mil barris/dia, e, sobre campos com profundidade batimétrica acima de 400 m e produção acima de 31 mil barris/dia.

19 Sua distribuição de recursos é representada da seguinte forma: 40% Ministério das Minas e Energia para o financiamento de estudos de geologia e geofísica a serem realizados pela ANP; 10% Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; 40% aos estados onde ocorrer à produção; 10% aos municípios onde ocorrer à produção.

20 *Conjuntura e Informação*, Superintendência de Estudos Estratégicos da ANP, abril-maio de 2000.

21 O cálculo de seu pagamento se dará através da receita bruta do poço, “deduzidos os *royalties*, os investimentos na exploração (*finding costs*), os custos operacionais (*operating costs*), a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor”. Isto é, as participações especiais incidem sobre o lucro oriundo da produtividade da exploração (poços rentáveis).

ROYALTIES

Os *royalties* apresentam-se como uma das formas mais antigas de pagamento (remuneração a sociedade) pela utilização de recursos escassos e não renováveis. A palavra *royalty* provém do inglês *royal*, que significa “da realeza” ou “relativo ao rei”, tendo sua origem no direito de pagamento que o Rei possuía pela extração de recursos minerais em suas terras, isto é, a renda mineral.

O conceito de renda econômica assumiu diversas formas ao longo da formação econômica contemporânea. Um dos pioneiros na análise foi David Ricardo. Segundo Ricardo, “a renda decorrida do fato de as terras marginais menos férteis determinarem o preço do produto agrícola, implicando remunerações acima do custo de produção para os proprietários das terras mais férteis, que seriam, dessa forma, premiados por as possuírem” (Postali, 2002: 32). O que Ricardo quis dizer é que a renda estava ligada à propriedade da terra, visto que à medida que a demanda por terra aumentava, os produtores eram “obrigados” a produzir em terras menos férteis, provocando nestes mesmos produtores, esforços adicionais para a obtenção de iguais volumes produtivos. Ricardo chamava esse ganho de renda diferencial ou renda ricardiana. Portanto, o dono da terra (recurso finito, assim como o petróleo) recebia acréscimos de renda, justificados pela escassez do produto. Nesse caso, o do petróleo pode ser entendido no conceito ricardiano como propriedade de jazidas minerais, com as mesmas características das terras férteis, devido ao fato de serem recursos finitos. A renda mineral constitui-se assim, uma espécie de prêmio pela detenção dos recursos (petróleo), onde os *royalties* e as participações especiais são a remuneração pela utilização destes recursos (Postali, 2002: 47).

A grande mudança na lei está na definição das alíquotas para os *royalties*²². Acerca do percentual básico, estabelecido em 10% (dez por cento), o § 1º, estabelece que “a ANP poderá prever a redução do valor dos *royalties* até um montante não inferior a 5% (cinco por cento) da produção, tendo em vista riscos geológicos, as expectativas de produção e outros fatores pertinentes” (Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro-TCE/RJ). Já o § 2º do mesmo artigo determina que o cálculo do valor dos *royalties* passam a ser determinados em função dos preços do mercado de petróleo, do gás natural condensado, das especificações do produto e da localização do campo, a serem estabelecidos por decreto do Presidente da República Nº 2705/98.

22 O art. 47 da Lei Nº 9478/97 assim dispõe sobre a alíquota a ser paga referente aos *royalties* do petróleo: “Art. 47. Os *royalties* serão pagos mensalmente, em moeda nacional, a partir da data de início da produção comercial de cada campo, em montante correspondente a dez por cento da produção de petróleo e gás natural”.

A distribuição dos *royalties* entre seus beneficiários, até o limite de 5%, passou a seguir a seguinte distribuição (Art. 48 da Lei N° 9478/97): 1,5% Estados e Distrito Federal; 0,5% aos municípios utilizados para embarque e desembarque; 1,5% aos municípios produtores e suas área geoeconômicas; 1,0% ao Ministério da Marinha; 0,5% para um fundo especial a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios.

Os valores que excedem os 5% exigidos por lei, possuem um tratamento diferenciado em sua distribuição entre os entes e esferas políticas (Art. 49 da Lei N° 9478/97). Quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres; teremos: 52,5% aos estados onde ocorrer a produção; 15% aos municípios onde ocorrer a produção; 7,5% aos municípios utilizados para embarque e desembarque; 25% ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o financiamento de pesquisas e desenvolvimento tecnológico ligados ao setor petrolífero. Quando a extração ocorrer na plataforma continental: 22,5% aos estados onde ocorrer a produção; 22,5% aos municípios onde ocorrer a produção; 15% ao Ministério da Marinha; 7,5% aos municípios utilizados para embarque e desembarque; 7,5% para um fundo especial a ser distribuído entre todos os estados, territórios e municípios; 25% ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para o financiamento de pesquisas e desenvolvimento tecnológico ligados ao setor petrolífero.

Apesar da lei prever a diferenciação nas alíquotas, quase a totalidades das concessões em vigor no Brasil, possuem valores variando entre 9,1 e 10% (90% do total). Observando as alíquotas dos *royalties*, por bacia, tem-se a seguinte distribuição.

Tabela 2

Bacia	Alíquota média dos <i>royalties</i> (em %)
Campos	9,9
Ceará	10,0
Espírito Santo	9,3
Mucuri	10,0
Paraná	6,8
Potiguar	9,4
Recôncavo	9,3
Santos	8,3
Sergipe - Alagoas	9,5
Solimões	10,0
Tucano	7,8
Média Ponderada Brasil	9,8

Fonte: ANP (2003).

Só como consideração, a média tende a se aproximar daquela da Bacia de Campos, por produzir mais de 80% de toda a produção de petróleo nacional.

O decreto Nº 2705, de 3 de agosto de 1998, regulamentou os artigos de 45 a 51, da Lei do Petróleo, definindo os critérios relativos as participações governamentais. O pagamento dos *royalties* é efetuado à Secretaria do Tesouro Nacional, que repassa aos beneficiários através do Banco do Brasil (banco estatal brasileiro). O controle e a distribuição dos *royalties* é de responsabilidade da Agência Nacional de Petróleo²³. Os *royalties* sofrem influência de três variáveis básicas: produção mensal de petróleo de cada campo, seus respectivos preços e a taxa média mensal de câmbio.

O IMPACTO DAS RENDAS DO PETRÓLEO NA ECONOMIA E NA SOCIEDADE, NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE FLUMINENSE E EM RIO DAS OSTRAS

As rendas oriundas da produção de petróleo representam parte substancial do Produto Interno Bruto (PIB), dos ingressos de capital e de divisas em muitos países produtores de petróleo no mundo. Este movimento promove um conjunto de preocupações de caráter econômico-financeiro, social e distributivo.

As preocupações acerca do tema, iniciam-se quando se observa que dentre os principais países receptores de rendas minerais no mundo, a maior parte é constituída pelos países ditos em desenvolvimento. Isto provoca uma grande angustia, seja pela economia mundial (dependente deste recurso energético), seja por problemas internos que o acréscimo de renda pode vir a causar (Guerra e Honorato, 2004: 5).

Com base nisso, muitos organismos internacionais encaram a questão como merecedor de considerações sérias. O *site* do Banco Mundial²⁴ apresenta a seguinte passagem acerca do tema:

Lamentablemente, la evidencia a la fecha sugiere que a menudo las rentas petroleras se convierten más en una maldición que en una bendición, con países que disfrutando de aquellas rentas se quedan detrás de países no petroleros que si logran objetivos de desarrollo sin experimentar la parte de inestabilidad política y conflictos violentos que acompañan a menudo la bonanza petrolera. Hay una preocupación creciente sobre

23 Para o cálculo dos *royalties*, cada campo de petróleo é tratado com uma unidade de negócios em separado, com alíquotas diferentes (ANP, 2001a).

24 Para maiores detalhes acerca do tema, ver <<http://www.worldbank.org/ogsimpact/poverviewsp.htm>>.

este problema entre los inversionistas de las compañías petroleras, la sociedad civil, las agencias de desarrollo, y en los países mismos, así como una determinación creciente para hacer algo sobre este asunto.

Como solução, o Banco Mundial aponta a necessidade de preocupação em três níveis diferentes: o primeiro é acerca dos impostos e tributos (legislação); o segundo é acerca da fiscalização nas companhias e do manejo das rendas minerais (regulação); terceiro, recai sobre a destinação dos recursos. O retorno promovido por estes recursos para a sociedade é o foco do trabalho.

O Brasil, que na década de 1970 possuía uma produção insignificante de petróleo, chega em finais da década de 1990 próximo a autonomia na produção. Isso significou que, principalmente após a criação da Lei do Petróleo em 1997, o Estado do Rio de Janeiro e os municípios envolvidos no processo passaram a receber valores excepcionais. A tabela abaixo apresenta um retrato deste aporte.

Tabela 3

Distribuição dos *royalties* e de Participações Especiais ao Estado do Rio de Janeiro e aos municípios Fluminenses, 1997-2002 (em R\$ mil)

Beneficiário	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Estado do Rio de Janeiro	38,618	55,942	190,041	783,302	1,144,404	1,667,286
Municípios Fluminenses	41,863	60,381	206,708	500,933	668,090	989,115
Total	80,481	116,323	396,749	1,284,235	1,812,494	2,656,401

Fonte: ANP (2003).

A distribuição dos *royalties* e participações especiais para os municípios do estado, que em 1997 (portanto, antes implementação da Lei do Petróleo) era na ordem de R\$ 41,9 milhões (correspondente a US\$ 41,9 milhões, em câmbio da época), alcançou em 2002, o montante de R\$ 989,1 (US\$ 341,07 milhões, correspondente aos dias de hoje)²⁵. Isso representa uma ampliação de recursos para os municípios fluminenses na ordem de 714,01%, ao longo de apenas seis anos.

Ao aprofundar a análise para a receita dos *royalties* para cada um dos municípios, temos:

²⁵ *Conjuntura e Informação*, Superintendência de Assuntos Estratégicos da ANP, fevereiro-abril de 2003.

Tabela 4Distribuição dos *royalties* do petróleo pelos municípios das Regiões Norte Fluminense e Rio das Ostras

Município	Royalties recebidos (R\$ Mil)			População censo 2000	Royalties per capita (R\$ 1,00)	Rec. orç base 2001 (R\$ Mil)	Rec. orç. per capita (R\$ 1,00)	Royalties / rec. orç. base 2001 (%)	Média rec. orç. per capita* (R\$ 1,00)	% além da média
	2000	2001	2002							
Campos	94.025	118.237	172.779	406.511	425	381.410	938	31,00	533	75,98
Macaé	67.461	84.425	140.036	131.550	1.065	228.175	1.735	37,00	558	210,93
Rio das Ostras	36.510	48.044	75.808	36.769	2.062	140.208	3.813	34,30	452	743,58
Quissamã	25.077	28.130	36.860	13.668	2.697	69.789	5.106	40,30	660	673,64
Carapebus	10.859	12.842	19.110	8.651	2.209	35.467	4.100	36,20	660	521,21
São João da Barra	12.263	15.459	5.126	27.503	186	39.637	1.441	39,00	452	218,81
São Francisco de Itabapoana	1.920	2.435	3.578	41.046	87	24.597	599	9,90	452	32,52
São Fidelis	1.986	2.474	3.463	36.774	94	27.859	758	8,90	452	67,70
Conceição de Macabu	1.655	2.063	2.885	18.706	154	15.187	812	13,60	660	23,03
Cardoso Moreira	1.391	1.753	2.539	12.579	202	15.203	1.209	11,50	660	83,18

Fonte: ANP, STN, UCAM (2000, 2001, 2002).

* Com base na média de todos os municípios do Brasil do mesmo porte.

Rio das Ostras, por exemplo, possui receita orçamentária per capita sete vezes superior a média nacional. Isso fez com que a renda mineral oriunda do petróleo, que antes representava apenas complemento orçamentário para os municípios fluminenses, torna-se nos dias de hoje uma importante fonte de receitas, quando não a principal fonte recebida pelo município.

O crescimento da economia do petróleo no Brasil, impulsionou a reabertura e a formação, de uma série de empresas envolvidas em sua cadeia produtiva. A Lei do Petróleo de 1997, e a consequente abertura do mercado a empresas de capital estrangeiro, impulsionou o aporte no país de uma série de investimentos (com destaque para a região da bacia de Campos).

Um estudo da Organização Nacional da Indústria do Petróleo (ONIP), elaborado pelo Instituto de Economia da UFRJ, analisando o impacto econômico da expansão da indústria do petróleo, caracteriza os impactos de investimento destinados a expansão da economia do petróleo no país, de três formas (ONIP, 2000: 17).

- Impactos diretos: correspondem ao valor das compras de bens e serviços efetivamente realizados no país, valoradas a preços

básicos (ex: impostos e outras margens). São Impactos diretos, por exemplo, o aumento da produção de aço ou do emprego no setor siderúrgico, associados a aquisições decorrentes de um certo volume de investimentos no setor petrolífero.

- Impactos diretos e indiretos: correspondem ao valor dos impactos somado ao valor da produção, pessoal ocupado etc., gerado nos diversos setores para atender à expansão original provocada pelos impactos diretos.
- Impactos diretos, indiretos e efeito-renda: correspondem ao valor dos impactos diretos e indiretos somado ao valor gerado em todos os setores para atender ao aumento da renda e, portanto, do consumo final motivado pela expansão inicial.

No mesmo estudo, ao se analisar o que chamam de Modelo Fechado, onde considera-se os efeitos produzidos e induzidos ao longo das cadeias produtivas e supõe-se a “inclusão dos efeitos multiplicadores sobre a renda representados, basicamente, pela suposição de que todo o montante de salários decorrentes dos gastos adicionais é convertido em consumo”, o estudo conclui que “a relação entre os efeitos diretos e indiretos (impactos induzidos pelo investimento e pela produção adicional de 5% do petróleo) indica que, para cada unidade monetária utilizada para investimento no setor, 2,6 unidades monetárias adicionais são geradas como efeito indireto. Com relação aos impostos, para cada unidade monetária arrecadada em função de novos investimentos, 1,8 adicionais são apropriadas pelo governo”.

A exploração econômica da Bacia de Campos, impulsionou outros setores econômicos que possuem atividades ligadas à economia do petróleo, tais como o químico, o mecânico, o financeiro, o de seguros, o de transporte, o de construção civil e o da indústria naval e off-shore. Segundo dados da Secretaria de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia da Prefeitura de Niterói (maior concentração de indústrias do segmento naval e off-shore do país) e do Fórum Empresarial das Indústria Naval e Off-shore da Firjan, a expectativa para 2004 é a criação de 18 mil novos empregos diretos²⁶.

Isto quer dizer que a economia do petróleo proporciona ao poder público, além do retorno proveniente dos *royalties* e de outras formas de rendas minerais (remunerações que integram os impactos diretos, segundo o estudo da ONIP), um retorno proveniente dos investimentos

26 Fórum Empresarial da Indústria Naval e Off-shore, Rio de Janeiro, dezembro de 2003. A SEDECT/PMN, fornece estudos e faz parte do Fórum Empresarial da Indústria Naval e Off-shore, e como analista de projetos, da mesma, sou o representante oficial junto ao fórum. Os dados são oriundos de consulta a empresários, instituição e membros do setor, e encontram-se sub-estimados.

efetuados tanto regionalmente, quanto nacionalmente, decorrentes da indústria, dos serviços e dos salários gerados na economia, assim como o efeito-renda oriundo deste processo.

Vale ressaltar, que o estudo da ONIP, considera os impactos gerados pela indústria do petróleo até o período do estudo, em 2000. Assim, caso feito nos dias de hoje, os impactos do modelo fechado com certeza seriam mais expressivos dos que os apresentados no estudo, visto que existe uma pressão política por parte da sociedade civil, do empresariado, do legislativo e do executivo –tendo como ícone maior o Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, o Lula–, no sentido de incentivar a aquisição, por parte da Petrobras, de bens e serviços originalmente produzidos no país (só como exemplo, a empresa, segundo nota técnica da ONIP 001/2003, admite ter um compromisso mínimo de 70% de compras no mercado interno para executar o desenvolvimento de campos que venham a ser descobertos).

Nesse contexto econômico-produtivo da indústria nacional do petróleo (onde a Petrobras recebe o destaque), o Estado do Rio de Janeiro (principalmente os municípios do norte-fluminense e Rio das Ostras), apresentaram-se como o local de maior expoência na exploração, e conseqüentemente, no recebimento da renda mineral e dos investimentos oriundos deste processo.

Vemos pelos números a importância da Região Norte Fluminense: ao longo de 2002, a Bacia de Campos, no Estado do Rio de Janeiro, produziu 82,5% da produção nacional de petróleo e 44,3% da produção de gás natural. Este montante de produção fez com que este estado, e seus municípios, recebessem, segundo a Lei do Petróleo descrita no item anterior, 44,3% do montante de *royalties* e 49,6% do total de participações especiais distribuídos no país. A produção de petróleo saltou de 419,4 mil barris/dia em 1993 para 1.199,2 mil barris/dia em 2002, representando um crescimento de 185,1% nos últimos 10 anos. Segundo o estudo solicitado pela ANP, sobre os Impactos dos *Royalties* do Petróleo nas Finanças e Condições Socioeconômicas dos Estados e Municípios, 93% das jazidas de conhecidas do território brasileiro estão no Estado do Rio de Janeiro.

Os dados relativos ao PIB do Estado comprovam este cenário. Segundo dados da Secretaria de Planejamento, Controle e Gestão do Estado do Rio de Janeiro, enquanto o PIB nacional, no período de 1994 a 2000, evoluiu 16,8%, o PIB do Estado cresceu 27,2% no mesmo período. Informações oriundas da Fundação Centro de Informações e Dados do Estado do Rio de Janeiro (CIDE)²⁷ aprofundam a importância que

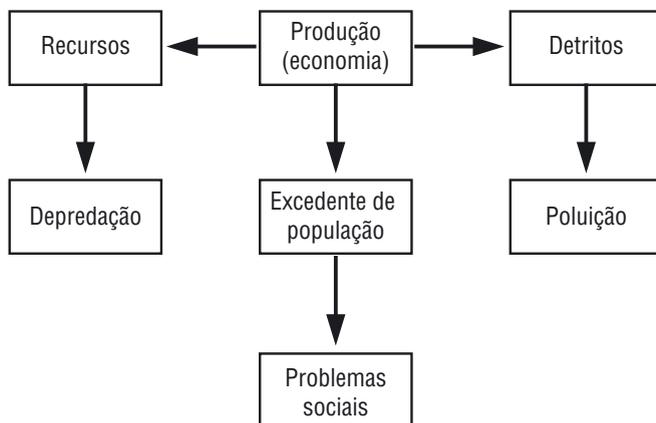
27 Órgão responsável pela preparação e fornecimento de dados econômicos, sociais, ambientais, dentre outros, do Estado do Rio de Janeiro. Ligado a Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro.

a economia do petróleo possui no cenário estadual. Segundo a CIDE, entre 1991 e 2000, a indústria extrativa mineral do Estado (petróleo e gás natural) cresceu 190,1%, contra 48,38% da indústria em geral (que possui alguns sub-setores ligados a cadeia produtiva do petróleo) e 10% da indústria de transformação.

Estes dados deveriam estar acompanhados de melhorias no bem-estar e gerando desenvolvimento sustentável na região afetada. Porém não é exatamente isso o observado.

A escola neoclássica considera a economia como a alocação de recursos escassos. O mecanismo dessa alocação é o mercado, com a mão-invisível smithiana, convertendo o ótimo individual em bem-estar coletivo. Porém, como coloca Foladori (2001: 121), isso é um pressuposto “restrito a economia, quer dizer, aos bens e serviços que com seus preços se intercambeiam no mercado”. Ficam de fora da análise, tanto os recursos naturais que sustentam a produção, quanto os resíduos da produção (a extração, o transporte, refino e distribuição de petróleo e derivados resulta em emissões rotineiras, associadas a operações correntes das empresas), bem como o retorno social e o aumento populacional da área explorada. Um diagrama abaixo, ilustra os resultados promovidos pelo sistema.

Diagrama 1
Conseqüências ambientais, populacionais e sociais



Fonte: Adaptado de Foladori (2001).

Como visto na figura, a exploração do petróleo resulta em uma tríade: excedente populacional, detritos e resíduos. Observa-se a tríade como externalidade negativa da exploração do petróleo no sistema econômico vigente.

Estudos em diversas esferas apontam para um grande impacto físico direto sobre as atividades de pesquisa, exploração e produção de petróleo e derivados. A depredação do meio ambiente, o consumo excessivo de recursos, os detritos gerados e a poluição são fatores que são observados e comprometem a sustentabilidade da Região Norte Fluminense e de Rio das Ostras.

No ato da perfuração e produção, por exemplo, vários produtos químicos são utilizados. Muitos deles, devido à própria logística da operação na qual estão envolvidos, são descartados no mar²⁸. Como alguns destes componentes são solúveis, torna-se difícil de remove-los. Nesse contexto, as comunidades que vivem no leito do mar próximo ao local da perfuração ou de alguma forma associados a eles, tornando-os receptores destes componentes. Isso sem contar plânctons e peixes. A fauna pode ser contaminada, provocando redução (ou mesmo morte), fuga de espécies e efeitos sobre a cadeia alimentar.

A comunidade pesqueira é uma das principais afetadas. De tradição na região, eles encontram-se hoje favelizados. Isso porque, desde o início da análise sísmica a cadeia produtiva marítima é afetada. Segundo relato do Presidente da Associação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro, FAPA, o Sr. Silvio Couto, a situação dos pescadores na região é preocupante:

Quem percorre as favelas da região encontra um grande contingente de pescadores. O nosso povo não se encontra mais próximo do mar, onde foi expulso devido a especulação imobiliária. Não consegue extrair o suficiente para sobreviver. Hoje, um pescador não consegue voltar do mar com 1/10 do que conseguia num dia ruim de anos atrás. A situação da comunidade pesqueira e das espécies pescadas na região, é digna de desespero.

Analisando o excedente populacional e suas conseqüências, deve-se ter o cuidado de fazer uma análise diferenciada. Apesar de Campos dos Goytacazes ser o epicentro e ainda principal cidade do Norte do Estado (inclusive a bacia petrolífera recebe o nome de Bacia de Campos), é em Macaé, que se situa a base de operações de exploração da Petrobras, além das principais e mais importantes empresas envolvidas na cadeia produtiva do petróleo no Estado, e até do País²⁹. Macaé aparece nos dias

28 As concentrações destes poluentes variam de acordo com a localização do poço e dos produtos utilizados.

29 Lá estão também o porto de exportação do petróleo bruto e as instalações de escoamento do gás natural.

de hoje como a capital nacional do petróleo. Assim, observa-se em Macaé e seus arredores (principalmente Rio das Ostras³⁰), os principais impactos populacionais, com crescente favelização, invasões e loteamentos clandestinos (Malvinas, Nova Holanda e Fronteira, são exemplos dessa situação). Segundo dados do IBGE do censo 2000, a migração diária de mão de obra de outros municípios para Macaé, ultrapassa 30 mil pessoas. Isto representa para uma cidade de 150 mil pessoas, um incremento populacional superior a 20% de sua população.

Isso pode ser observado através dos dados. Os dados do IBGE ilustram melhor o crescimento demográfico. Entre o período compreendido entre 1991 e 2000, a população de Rio das Ostras cresceu 100,16%, a de Macaé, 41,43%, a de Quissamã, 30,64%, a de São João da Barra, 32,79% e a de Carapebus 19,73%, contra um crescimento de 12,36% ocorrido no Estado³¹.

Segundo dados atuais da Prefeitura de Macaé, o fluxo migratório diário da cidade alcança o volume de 20 mil pessoas, ocasionando pressões sobre os setores de transporte, habitação e de infra-estrutura. Estima-se ainda que a população da cidade, alcance nos próximos 5 anos um volume de 500 mil habitantes³².

Segundo dados do IBGE, a Região Norte Fluminense, somado a Rio das Ostras, possui um déficit habitacional de 17.781 residências, sendo 14.347 urbanas, para um total de 153.749 residências existentes nos municípios na região. Isto significa que o déficit populacional atinge mais de 10% da população local³³.

A população migrante na região possui características próprias. Caracterizando a migração para a região, observamos dois tipos de imigrantes.

O primeiro formado por mão de obra extremamente especializada e com salários altos para os padrões da comunidade local, que vem ao município para assumir posição de destaque nas empresas (principalmente empregados da Petrobras e de empresas terceirizadas). Este tipo de imigrante

30 Rio das Ostras é conhecido como o "vizinho bonito" de Macaé, devido, principalmente as suas belas praias (bonitas e calmas), pousadas, locais de diversão para os turistas, casas de veraneio. A distância entre Macaé e Rio das Ostras não chega a 30 km (em tono de 20 minutos).

31 Outros municípios próximos também sentiram os efeitos desses impactos, como Búzios (111,58%) e São Pedro da Aldeia (49,12%).

32 Estes números se baseiam no ritmo atual e no fato da Petrobras ter em seu plano estratégico, estimando um investimento de US\$ 100 bilhões na região para os próximos 10 anos. Capturado em: <http://www.macaee.rj.gov.br>.

33 Vale lembrar, que estes dados do IBGE, são do censo de 2000, coletados em 1999 e 1998. Assim, apresentam-se sub-estimados e defasados. Porém servem para ilustrar o problema habitacional da região.

é detentor de emprego, capital cultural, educação formal e capacitação profissional. Por conseguinte, quando estes profissionais instalam-se no município de trabalho, demandam serviços especializados, bens superiores e de melhor qualidade. Eles ocupam os melhores imóveis e expulsam a comunidade local para regiões mais afastadas. Sua vinda eleva os preços locais e os padrões de consumo, diminuindo o acesso da população original.

O segundo grupo de imigrantes é composto por uma população de menor escolaridade, vinda de locais (urbanos ou rurais) onde não existiam muitas possibilidades de emprego adequada a qualificação de sua mão-de-obra. Este grupo apresenta-se de forma muito heterogênea, sendo composto pelas mais distintas profissões (ou “profissões”): pintores, marceneiros, pedreiros, auxiliares de obra, mecânicos, empregadas domésticas, pedintes, traficantes de drogas, prostitutas (Macaé apresenta-se nos dias de hoje como uma das líderes per capita na quantidade de pessoas infectadas pelo HIV), assaltantes, dentre outros. Também integram este contingente de pessoas que foram “tentar a sorte” (ou seja, buscar uma vida melhor, com novas oportunidades profissionais). Porém, coube a construção civil liderar este processo, devido ao contingente de pessoas que ocupando posições sazonais em obras requeridas pela expansão da atividade econômica da região, ali permaneceram em busca de novas oportunidades (ANP, 2003).

O perfil deste segundo grupo de imigrantes é delicado. Na maioria dos casos, ele reside nas periferias e tem acesso a um contingente limitado de serviços e recursos (sejam eles de origem financeira, cultural ou profissional). Este grupo é o responsável pelos déficits habitacionais e, conseqüentemente, o que ocupa as favelas hoje comuns na região. A vida humana é “igual do ponto de vista biológico”, porém não é “igual do ponto de vista do mercado” (Foladori, 2001).

No meio destes dois tipos de imigrantes está população local. Esta população migrará para um destes dois “grupos”, de acordo com o perfil social e do capital acumulado (seja ele financeiro, intelectual, etc). Porém, raramente um membro da comunidade local assume funções de primeiro escalão nas organizações e corporações envolvidas na economia do petróleo. Em relatório da FINEP (2003: 7) as autoridades locais e uma agência de emprego consultada, denunciam que: “Os melhores empregos vão para os amigos dos executivos das empresas que aqui estão estaladas, e eles vem todos de fora”. Segundo o Secretário Municipal de Indústria e Comércio de Macaé, Jorge Tavares Siqueira o motivo deve-se a: “O pessoal local não está preparado para assumir funções que exigem certo nível de especialização, só mesmo as funções mais rasas das empresas”. O motivo desta análise é observado nos dados. O índice de evasão escolar é enorme, mesmo para padrões estaduais. A análise da tabela abaixo não permite dúvidas.

Tabela 5

Taxa de abandono do ensino fundamental e médio, por série, segundo as Regiões de Governo e municípios Estado do Rio de Janeiro, 2001

Regiões de Governo e municípios	Taxa de abandono, por série (%)														
	Ensino fundamental									Ensino médio					
	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	5ª série	6ª série	7ª série	8ª série	Total	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Não seriado
Estado	5,61	4,92	3,79	3,36	3,64	8,37	7,53	7,12	6,78	13,78	18,38	12,98	7,20	6,51	9,62
Região Norte Fluminense	6,26	5,63	3,87	3,78	3,96	9,92	8,53	7,67	8,06	14,06	17,77	13,56	7,85	-	30,13
Campos dos Goytacazes	5,54	4,38	2,91	2,42	3,00	9,12	8,60	7,76	7,91	12,66	15,77	11,69	7,14	-	32,31
Carapebus	9,36	9,25	9,75	8,24	13,12	14,93	4,37	5,15	8,05	22,66	28,95	18,78	17,05	(1)	(2)-
Cardoso Moreira	6,46	8,14	6,27	6,65	3,43	9,51	4,85	4,89	5,91	5,71	11,02	3,37	1,01	(1)	(2)-
Conceição de Macabu	3,05	2,98	2,26	2,95	2,39	6,22	2,49	2,75	2,50	11,14	16,80	9,52	4,48	(1)	(2)-
Macaé	7,22	6,64	5,57	6,04	5,35	10,40	7,76	7,51	9,31	15,80	20,01	15,01	10,25	(1)	(2)-
Quissamã	4,06	3,12	1,13	1,14	3,08	6,67	5,42	8,14	7,33	18,57	25,71	16,56	4,27	(1)	(2)-
São Fidélis	4,24	3,91	2,19	2,75	2,42	6,66	6,36	4,93	5,60	25,74	30,20	35,23	11,11	(1)	
São Francisco de Itabapoana	10,39	11,22	8,07	8,71	6,81	15,75	12,95	10,91	7,39	13,17	23,56	10,27	3,96	(1)	(2)-
São João da Barra	9,31	7,69	4,38	3,78	6,69	15,53	14,71	11,73	13,27	19,57	21,59	23,96	9,77	(1)	(2)-
Rio das Ostras	13,35	10,99	11,37	12,85	11,85	20,07	15,16	12,00	14,59	15,72	18,95	15,72	8,60	(1)	(2)-
Média (Região Norte Fluminense + Rio das Ostras)	7,30	6,83	5,39	5,55	5,81	11,48	8,27	7,58	8,19	16,07	21,26	16,01	7,76	(1)	30,13

Fontes: Secretaria de Estado de Educação (SEE), Censo Escolar e Fundação Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE).

(1) Municípios cujos cursos são concluídos na 3ª série.

(2) Municípios que não oferecem cursos não seriados.

Observa-se que a região dos *royalties*, ao contrário do que o volume de capital nas finanças públicas no faz pensar, não solucionou o problema da evasão escolar. Rio das Ostras, por exemplo, tem um alarmante índice de 18,86% de evasão escolar!

Na saúde pública observa-se outro indicador que provoca preocupações. De uma lista dos principais equipamentos necessários para o mínimo atendimento da população, vemos alguns dados que merecem atenção. De 287 mamógrafos³⁴ existentes no Estado do Rio, por exemplo, apenas 9 (3,14% do total do Estado) encontram-se na Região Norte Fluminense. Rio das Ostras, não possui nenhum. A Região possui

34 Equipamento essencial para a prevenção do câncer de mama.

apenas 1 aparelho de ressonância magnética, 7 de tomografia computadorizada e 8 encefalógrafos.

Grande parte destes aparelhos encontra-se “nas mãos” de hospitais da rede privada. Isso torna complicado um atendimento adequado a populações menos favorecida. Vale a pena lembrar que, a população residente na região representa 4,86% da população do Estado do Rio de Janeiro.

Os indicadores apontam que falta muito para que a região adquira um status de bem-estar da população que justifique o volume de *royalties* recebidos pelos municípios da Região Norte Fluminense e de Rio das Ostras. Receita, esses municípios possuem. A própria população enxerga isso.

Segundo Pesquisa realizada em março de 2004, pelo Centro de Pesquisas da Universidade Cândido Mendes-Campos (CEPECAM), com 1.440 pessoas residentes no Município de Campos dos Goytacazes, grande parte da população (80,9%) considera a prefeitura “rica” e 74,5% considera que a principal receita provém dos *royalties*, do petróleo ou da Petrobras.

Porém a mesma pesquisa conclui que para a população, a prefeitura tem mais investido em lazer (34,1%) –show, cultura e esporte– do que em qualquer outra atividade. Em itens como habitação (0,6%) e área social (0,4%) são pouco citados. Em Campos, apenas no biênio 2003-2004, foram realizados 93 shows de grande porte (artistas do cenário nacional) financiados pelo poder público.

Isso não é um fenômeno apenas de Campos. No período em que realizava pesquisa de campo em Quissamã, ocorreu um show com o cantor Ed Motta, conhecido músico brasileiro, apresentando-se gratuitamente para um público não superior a 200 pessoas, a um cachê em torno de R\$ 25 mil –isso dá em torno de 100 reais por pessoa (US\$ 40).

Isso sem falar nas suspeitas de corrupção. Em maio de 2004, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ)³⁵, detectou fortes irregularidades na cobrança do Imposto Sobre Serviços (ISS), feita pela Prefeitura de Campos dos Goytacazes, feita no Governo do Prefeito Arnaldo Vianna. Segundo o relatório do Conselheiro José Maurício Nolasco, nos últimos três anos existem “fortes indícios de improbidade administrativa”. O prejuízo para os cofres públicos alcança mais de R\$ 3,8 milhões (US\$ 1,3). Segundo o Vereador Carlos Jader, a estrutura política possibilita e sustenta o modelo, “Dos 21 vereadores, 14 apóiam a prefeitura e impedem qualquer providência mais enérgica” (*Isto é*, 2004).

Segundo a mesma fonte, a prefeitura teria realizado shows com cachês superfaturados, retirando inclusive dos cofres públicos “valores

35 Órgão que fiscaliza os municípios do Estado do Rio de Janeiro.

superiores aos cobrados pelos produtores”. Segundo o Vice-prefeito, Geraldo Pudim, “dos 93 eventos realizados ali (em Campos), em apenas dois houve controle de caixa”.

Já na análise dos gastos do poder legislativo municipal, divulgado pelo tribunal de contas do Estado do Rio de Janeiro, observa-se discrepâncias. Enquanto os municípios do estado gastam em média R\$ 23,53 (US\$ 6,72) com vereador por habitante, Quissamã gasta assombrosos, R\$ 246,05 (US\$ 70,30), mais de 10 vezes a média do estado. Macaé (R\$ 67,19, ou US\$ 19,20), Conceição de Macabu (R\$ 45,35, ou US\$ 12,96), Cardoso Moreira (R\$ 60,60, ou US\$ 17,31), Carapebus (R\$ 106,63, ou US\$ 30,47) e Rio das Ostras (R\$ 79,79, ou US\$ 22,80), são municípios onde as despesas dos vereadores representam mais que o dobro da média estadual. Com gastos nesta ordem, torna-se uma missão complicadíssima, melhorar a qualidade de vida da população local.

A exploração do petróleo de forma sustentada exige medidas mitigatórias por parte do poder público. Problemas como demografia e meio ambiente são previstos antes do início da exploração, devendo ser combatidos através de um plano de sustentabilidade regional. Quando isso não ocorre, vemos o que está acontecendo na Região Norte Fluminense e em Rio das Ostras: a ampliação do nível de pobreza das classes menos favorecidas.

Esses dados comprovam a deficiência por parte do poder público na alocação eficiente dos recursos, provenientes dos *royalties* do petróleo.

CONCLUSÃO

Com um mercado fechado até a entrada em vigor da Lei do Petróleo de 1997 e conhecendo apenas pouco mais de 2% das suas bacias sedimentares, o Brasil esteve longe de atrair forte interesse dos investidores, se comparado ao que despertam as nações produtoras tradicionais. Porém, no decorrer da última década, a Lei 9478, de 1997 (a Lei do Petróleo) marcam a abertura do mercado e sua transformação.

Nos anos que se seguiram, o desempenho da indústria do petróleo no Brasil apresentou desempenho notável. Nos últimos anos, a produção de petróleo saltou de algo em torno de 800 mil barris dia, para algo em torno de 1,5 milhões de barris dia. Além disso, as atividades da maioria das 38 empresas concessionárias de atividades de exploração no Brasil apenas começaram ou estão por começar (*Conjuntura Econômica*, 2004: 3).

Portanto, a expectativa é de incrementos ainda maiores de investimentos em exploração e produção, o que deverá ser acompanhado de investimentos em transporte e refino. Assim, os *royalties* tendem a se ampliar de forma exponencial, não só na região objeto do estudo, como em outras regiões brasileiras.

Nesse cenário, cabem as autoridades brasileiras entender e promover medidas que mitiguem a pobreza. Até porque, com a pobreza apresentando-se como um fenômeno cada vez mais importante no mundo contemporâneo, torna-se difícil estudar e analisar fenômenos sociais isolados. Segundo Rifkin (2003), atualmente, “600 milhões de pessoas no mundo estão desabrigadas ou vivendo em alojamentos inseguros [...] e na África, a família média consome hoje 20% menos do que há 25 anos”. Já o relatório PNUD/ONU 2004, afirma que a América Latina, seguindo o seu modelo de desenvolvimento, alcançará o fim da pobreza em próximos 196 anos, mais exatamente em 2200!

Este cenário é desanimador para os que militam por uma sociedade mais igualitária e justa.

Porém, poucas vezes na história uma país, uma região, ou mesmo um município que seja, tem a oportunidade histórica de resolver problemas estruturais. A Região Norte Fluminense (que compreende os municípios de: Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidelis, São Francisco de Itabapoana e São João da Barra) e Rio das Ostras, estão tendo.

A renda mineral proveniente dos *royalties* do petróleo da bacia de Campos é uma oportunidade de aumento de renda durante um período de tempo específico que deveria ser usado para sustentabilidade regional. Não é o que vem ocorrendo. Pelo menos, não no nível apropriado.

A explosão demográfica criou um conjunto de “sem-teto”. As cidades envolvidas diretamente na economia do petróleo não estão criando infra-estrutura apropriada para absorver essas pessoas. Simultaneamente, mal gasto do dinheiro público e suspeitas de corrupção fazem parte do cotidiano local.

A pobreza aprofundou-se nesse modelo distributivo. Cidades como Macaé e Rio das Ostras, transformaram-se em cidades voltadas para os migrantes sazonais em busca de salários altos. A população local viu-se obrigada a mudar hábitos, moradias e consumo (os custos locais são proibitivos para os menos favorecidos). A sociedade capitalista, como apresentado antes, sempre mostrou-se dependente de energia com seus benefícios individualizados e seus prejuízos, socialmente distribuídos.

Outro fator é estrutural. Os dados da Região Norte Fluminense e de Rio das Ostras, comprovam as deficiências do modelo neo-clássico e da Lei do Petróleo vigentes, e do poder público municipal de alocação sustentável e eficiente das rendas minerais, em pró da sociedade local.

O modelo de alocação de recursos escassos não é eficiente. O mercado não supre todas as necessidades da sociedade, principalmente das camadas menos favorecidas.

Cada vez mais pensar a cidade como um organismo complexo e cheio de nuances é essencial. Os princípios equitativos marxistas para o estudo das ciências sociais apresentam-se presentes e atuais em nosso cotidiano.

BIBLIOGRAFIA

- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2001a “Conceito de Instalações Marítimas e Terrestres de Embarque ou Desembarque de Petróleo ou de Gás Natural para Efeito de Distribuição de *Royalties*”, Superintendência de Controle das Participações Governamentais da ANP, Nota Técnica SPG/ANP N° 01, Brasília.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2001b “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, Superintendência de Controle das Participações Governamentais da ANP, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2002a “Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo e do Gás Natural 2002”, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2002b “Decreto N° 2705 de 3 de agosto de 1998”, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2002c “Lei N° 9478 de 6 de agosto de 1997”, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2002d “Relatório Anual da Agência Nacional do Petróleo 2001”, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro.
- ANP-Agência Nacional do Petróleo 2003 “Guia dos *Royalties* do Petróleo e do Gás Natural”, Ministério das Minas e Energia, Rio de Janeiro, em <<http://www.anp.gov.br/>> acesso em dezembro.
- Assad, Luís Tadeu 2002 “Tradição - Modernidade - Sustentabilidade, Icapuí-CE: os desafios do desenvolvimento de uma comunidade diante do imperativo da sustentabilidade”, Tese de Doutorado, Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília.
- Beting, Joelmir 2003 “Editorial” em *O Globo* (Rio de Janeiro) 17 de agosto.
- Callinicos, Alex 1999 *Social Theory* (Nova York: New York University Press).

- Carneiro, Ricardo (org.) 1997 *Os clássicos da economia* (São Paulo: Ática) Vol. 1 e 2.
- Carvalho Filho, José dos Santos 2001 *Manual de direito administrativo* (Rio de Janeiro: Lúmen Júris).
- Castro, Antonio O. (coord.) 2003 “Impactos sociais do desenvolvimento da atividade de exploração e produção de petróleo nas Regiões das Baixadas Litorâneas e do Norte Fluminense”, Nota Técnica 11, CTPetro-Tendências Tecnológicas, Rio de Janeiro.
- Clapham, J.H. 1961 *Economic develop of France and Germany, 1815-1914* (Cambridge: Cambridge University).
- Conjuntura Econômica* 2004 (Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas).
- FINEP 2003 *Relatório Técnico Final Detalhado: Plano Nacional de Ciência Tecnologia do Setor Público e Gás Natural - CTPetro - Edital número 3 - Áreas Temáticas e Prioritárias* (Rio de Janeiro: FINEP).
- Dobb, Maurice 1946 *Studies in the development of capitalism* (Cambridge: Cambridge University).
- Engels, Friedrich 1979 *A dialética da natureza* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Foladori, Guilherme 2001 *Limites do desenvolvimento sustentável* (Campinas: Unicamp).
- Guerra, S.M.G. e Honorato, F.F. 2004 “A Lei do Petróleo e a Renda Petrolífera no Brasil”, Congresso Brasileiro de Energia, Rio de Janeiro.
- Gurgel, G. 1995 “A trajetória da Petrobras: desafios atuais e futuros”, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Mecânica, Departamento de Engenharia, Campinas.
- Hirshmann, Albert 1961 *Estratégias do desenvolvimento econômico* (São Paulo: Fundo de Cultura).
- Hobsbawn, Erick 1968 *Da Revolução Industrial inglesa ao imperialismo* (Rio de Janeiro: Forense Universitária).
- Hobsbawn, Erick 1998 *Era dos extremos. O breve século XX, 1914-1991* (São Paulo: Companhia das Letras).
- IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, FUJB/UFRJ-Fundação Universitária José Bonifácio da Universidade Federal do Rio de Janeiro e IBAM-Instituto Brasileiro de Administração Municipal 2003 *Petróleo e desenvolvimento municipal. O impacto dos*

royalties do petróleo nas finanças e nas condições socioeconômicas dos estados e municípios beneficiados, Relatório de Pesquisa Quantitativa: Estados e Municípios do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo).

Isto é 2004 “Editorial” (São Paulo) Nº 1804, 5 de maio.

Keynes, J.M. 1982 *A Teoria geral do emprego, dos juros e da moeda* (São Paulo: Abril Cultural).

Kozlov, G.; Andreev, N.; Kovaliova, A.; Kuzmenko, D.; Mantsev, V.; Morozov, A.; Mrachkovskaya, I.; Ryndina, M.; Shirinski, I. e Vorobiova, M. 1977 *Economía política, capitalismo: progresso da teoria marxista-leninista* (Moscou: Progresso).

Kuttner, R. 1997 *Everything for sales. The virtues and limits of markets* (Nova York: Alfred Knopf).

Landes, S. David 2005 *Prometeu Desacorrentado. Transformação tecnológica e desenvolvimento industrial na Europa Ocidental de 1750 até os dias de hoje* (São Paulo: Elsevier).

Marx, Karl 1988 *O Capital. Crítica da economia política* (São Paulo: Nova Cultura).

Macedo e Silva, Antonio Carlos 1999 *Macroeconomia sem equilíbrio* (Petrópolis/Campinas: Vozes/Fecamp).

Mason, Stephen F. 1986 *Historia de las ciencias: 4. La ciencia del siglo XIX* (Madrid: Alianza).

Matta, Roberto Augusto da 2000 “Reflexões sobre Cidadania”, Fórum de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento de Niterói, Niterói.

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão das Cidades 2003-2004 “Editorial” em *Boletim Petróleo, Royalties e Região* (Campos dos Goytacazes: Universidade Cândido Mendes).

Montibeller-Filho, Gilberto 2001 *O mito do desenvolvimento sustentável: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias* (Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina).

Napolioni, Cláudio 1985 *Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico* (Rio de Janeiro: Graal).

Navarro, Carlos Alberto Scherer 2003 “Royalties do petróleo. Estudo de caso de Campos dos Goytacazes”, Dissertação de Mestrado,

Universidade Cândido Mendes, Mestrado em Economia
Empresarial, Rio de Janeiro.

- Niveau, Maurice 1969 *História dos fatos econômicos contemporâneos* (Paris: Difusão Européia do Livro).
- Nova, Antonio Carlos Boa 1985 *Energia e classes sociais no Brasil* (São Paulo: Loyola).
- O'Connor, Harvey 1962 *O Petróleo em crise* (Rio de Janeiro: Zahar).
- ONIP 2000 "Impacto Economico da Expansao da Industria do Petroleo. Relatório Final", ONIP, Rio de Janeiro.
- Penalva, Ângela Moulin S. 2003 *Economia, espaço e sociedade no Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas).
- Petrobras 1999/2000/2001/2002 *Relatórios Anuais* (Rio de Janeiro).
- Postali, F.A.S. 2002 "Renda mineral, divisão de riscos e benefícios governamentais na exploração de petróleo no Brasil", Dissertação de MSc, FIPE/FEA/USP, São Paulo.
- Quesnay, F. 1985 "Máximas gerais do governo econômico de um reino agrícola" em *Smith, Ricardo e Marx: Considerações sobre a História do Pensamento Econômico* (Rio de Janeiro: Graal).
- Quintella, Sérgio 2000 *Os royalties de petróleo e a economia do Estado do Rio de Janeiro* (Rio de Janeiro: Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro).
- Rifkin, Jeremy 2003 *A economia do hidrogênio* (São Paulo: M. Books).
- Rostow, W.W. 1948 *British economy of the Nineteenth Century* (Oxford: Oxford University).
- Rovere, Emílio Lebre (coord.) 2003 "Relatório executivo: Avaliação ambiental estratégica para o setor de petróleo e gás natural no Sul da Bahia", LIMA/COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro.
- Sachs, Ignacy 2002 "Desenvolvimento includente e trabalho decente para todos", Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, Oficina Internacional del Trabajo, Escritório Brasil, Rio de Janeiro.
- Sader, Emir 2000 *Século XX. Uma bibliografia não-autorizada: o século do imperialismo* (São Paulo: Fundação Perseu Abramo).
- Sen, Amartya 1999 *Sobre ética e economia* (São Paulo: Companhia das Letras).

- Sen, Amartya 2000 *Desenvolvimento como liberdade* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Sen, Amartya 2001 *Desigualdade reexaminada* (São Paulo/Rio de Janeiro: Record).
- Shumpeter, Joseph 1988 *A Teoria do Desenvolvimento Econômico. Uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico* (São Paulo: Nova Cultural).
- Stiglitz, Joseph E. 2002 *A globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais* (São Paulo: Futura).